

## CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

**Luiz Alex Silva Saraiva<sup>1</sup>**

Em meio a muitos assuntos possíveis de serem abordados neste editorial, resolvi encarar uma questão que vem me incomodando bastante do ponto de vista pessoal e intelectual, e que venho compartilhar com os leitores: a responsabilidade dos cientistas para com a ciência que produzem. Para tanto, descrevo brevemente duas situações:

Situação um: em um evento de uma universidade pública brasileira, realizado em um auditório, simultaneamente gravado e divulgado pelas mídias sociais, um debate interdisciplinar sobre as origens do povo brasileiro, um professor e pesquisador especializado em genética, em dado momento afirma que “cientificamente não se justifica a segmentação dos brasileiros em grupos de cor de pele para tratamento diferencial pela lei”. Para minha surpresa, não houve uma reação violenta a tal assertiva, tendo as questões online encaminhadas para discussão sido tratadas incidentalmente, de forma contrária com que qualquer pesquisador socialmente consciente reagiria.

Situação dois: em uma mídia social, uma professora universitária convida os leitores para a leitura de um artigo “mais que polêmico” a respeito da comparação entre o estresse no trabalho vivenciado por pessoas heterossexuais e homossexuais. Em um diálogo com outro professor na mesma postagem, a professora afirma que “esse artigo

---

<sup>1</sup> Editor-chefe da Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade. Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado da Universidade Federal de Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/8812184151373749>. <https://orcid.org/0000-0001-5307-9750>. [saraiva@face.ufmg.br](mailto:saraiva@face.ufmg.br). Endereço para correspondência: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas. Av. Antonio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte, MG, Brasil. CEP: 31270-901. Telefone: (55 31) 34097235

é pra causar!”. Fiquei abismado com a “promoção” do texto e me pus imediatamente a lê-lo, sendo crescente o meu estarecimento à medida que eu avançava na leitura. Os autores concluíram que ser homoafetivo ou heteroafetivo não implica diferenças significativas nos níveis de estresse ocupacional.

Apesar de serem situações diferentes, elas se referem a uma forma positivista de encarar o conhecimento, o que traz uma série de questões de ordem ideológica e política mesmo que os pesquisadores não as assumam. Os dois casos me causaram um profundo incômodo, o que me motivou a escrever esse texto. Pretendo aqui discutir que pesquisar é se responsabilizar, no sentido amplo da palavra. Essa responsabilização se refere a escolhas explícitas e posições implícitas quanto à complexa produção do conhecimento científico.

O positivismo é a epistemologia hegemônica. Assume que há uma realidade objetiva, que só pode ser alcançada quanto mais neutra for a postura dos pesquisadores. Há uma realidade ali, em vias de ser alcançada, o que só é possível nela interferindo o mínimo possível, o que demanda do exercício científico procedimentos voltados à objetividade, e o uso mínimo de qualquer elemento que destaque as subjetividades dos pesquisadores. Estas “enviesam” os dados ao introduzir aspectos que escapam a essa apreensão neutra da realidade. Trata-se de um domínio da técnica, desenvolvida para priorizar o alcance estrito de objetivos, de maneira a permitir o ordenamento e em “leis” objetivas que possam reger o funcionamento do mundo.

Não surpreende, assim, que os estudos positivistas sejam pródigos em procedimentos que fazem uso da matemática e da estatística, porque a quantificação e as operações que elas disponibilizam permitem estabelecer relações objetivas entre as variáveis. Os fenômenos são divididos em conceitos operacionalizáveis, reduzindo a complexidade do real a aspectos que podem ser abordados mediante constructos e alcançados mediante variáveis que simplificam o fenômeno observado em si. Esse esquema é

válido para todos os ramos de conhecimento científico, que “fatiam” o conhecimento para poder verificá-lo de forma isolada, quantificá-lo e, a partir daí, estabelecer relações com outras variáveis para entender a realidade de forma objetiva e ordenada.

Quando tratamos da vida em sociedade, lidamos com uma forma de realidade particularmente intrincada, que só faz sentido de ser abordada se forem observados, de forma interdisciplinar, múltiplos campos de conhecimento confluentes. Estamos diante de um quadro consideravelmente mais complexo do que algo que possa ser simplesmente “fatiado” e “quantificado”, razão pela qual se observam inúmeras inconsistências nas formas pelas quais as dinâmicas sociais que perpassam as organizações são abordadas. Isso significa, em essência, situarmos os Estudos Organizacionais como parte de um campo interdisciplinar de ciências que antes de serem aplicadas, são sociais. Se não fizermos isso, estaremos concordando, por omissão ou ignorância, com a frieza da lógica das métricas, e naturalizando a ideia de que um texto é “bom” apenas pela quantidade de citações e reduzindo aspectos como a qualidade da reflexão a uma perspectiva algorítmica de promoção – o que em parte justifica o esforço para criar “títulos bombásticos” para reflexões não tão interessantes assim. Nessa lógica, prevalece a ideia de que se isso é o que é feito “lá fora”, e eles são mais sábios do que nós, quem somos nós para criar outra lógica ou para querer criticar o que vem dando certo? Nem vou me estender sobre o quanto essa perspectiva é colonizada, submissa e conivente com os movimentos financeiros em torno do mercado de citações; meu ponto é outro: a ciência nos responsabiliza por sabermos e pelo conhecimento que produzimos, o que implica refletirmos também sobre esses elementos.

A situação um traz à baila o racismo nosso de cada dia. Do ponto de vista biológico está mais do que provado que não há variação genética significativa para que a raça seja um critério para a diferença humana. Mas insistir tolamente nesse argumento acadêmico tendo em vista o racismo estrutural que nos assola há centenas de anos é

irresponsável e, no mínimo, conivente com a posição dos que se recusam a reconhecer os privilégios das pessoas brancas, e a necessidade de compensação para o preconceito e a discriminação com as pessoas não brancas. A fala do referido professor foi irresponsável por tomar raça como um critério apenas biológico e por não problematizá-la enquanto uma complexa construção sociohistórica, usada há centenas de anos para aviltar pessoas e limitar suas formas de existência por serem quem são. A posição publicamente assumida por ele pode, assim, alimentar argumentos conservadores e racistas que, a partir de uma visão científica, se recusam a assumir a responsabilidade sobre centenas de anos de discriminação.

Retomando a situação dois, reduzir a condição de LGBT a uma variável estatística é, além de uma ignorância expressiva considerando os milhares de estudos sobre as pessoas LGBT, também uma forma aguda de violência para com essa população. Esses sujeitos não são ratos de laboratório para terem suas vidas reduzidas a “ser” ou “não ser” do jeito que se é para permitir seu mapeamento quantitativo. A saúde, inclusive a profissional é, além de um conceito, uma complexa condição humana sobre a qual incidem inúmeros fatores, entre eles a pressão para que a população LGBT se enquadre em padrões heteronormativos. Invisibilizar as particularidades de existências que lidam cotidianamente com um sofrimento difícil de exprimir e mais difícil ainda de ser alcançado por pesquisadores que se debruçam sobre essas pessoas apenas por conveniência pessoal é irresponsável porque contribui para naturalizar as opressões (Saraiva, 2016).

Casos como esses que menciono aqui retratam, além de uma evidente insensibilidade para com o outro – alguém que diverge das condições hegemônicas de privilégio racial, afetivo, econômico, religioso, social, político, de gênero etc. – uma enorme irresponsabilidade na produção do saber científico. Sob a égide da cientificidade, uma coisa infelizmente comum é que haja pesquisadores descompromissados com a sociedade e sua dinâmica de tensões e lutas, como se fizessem “o favor” de virarem

suas cadeiras para observar “objetos exóticos”, como pessoas LGBT, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, pessoas que moram em periferias, prostitutas etc. sem nenhum compromisso com nada além das suas próprias métricas de publicação. Nenhum tipo de contrapartida existe para esses “objetos”: deles apenas são extraídas informações para que possam ser elaborados *papers* que vão chamar a atenção de interessades em novidades. Pouco importa a sua humanidade, as condições sociais de opressão sobre elas, ou o que a universidade poderia por elas fazer: esses “objetos” só importam à medida que são úteis ao exercício autoindulgente de pesquisadores interessados em inflar seus currículos acadêmicos.

É negada ao outro, assim, a condição de outro, e essas pessoas são aviltadas, jamais constituindo interlocutores à altura des pesquisadores. Estes, por ignorância, omissão ou cinismo, praticam ativamente o epistemicídio enquanto “anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados” a que se refere Carneiro (2005, p. 97). Quando são adotados conceitos que não consideram a complexidade da dinâmica social das populações oprimidas, tomadas apenas como chamariz para a autopromoção em produtos acadêmicos, isso constitui um abuso. A condição de grupos não hegemônicos não se refere a algo traduzível em um gráfico de dispersão: é uma das possibilidades de manifestação do infinito das diferenças humanas e não algo que possa ser considerado como “exótico” ou “anormal” em alguma medida.

Não digo com isso que seja inesperado que estudos positivistas sejam pouco sensíveis à dinâmica efetiva da sociedade. Penso inclusive que es pesquisadores não podem ser proibidos ou desautorizados a realizar estudos sobre o que quer que seja. Os temas não têm donos, e tampouco implicam que haja correspondência entre “diferença” e “autoria”, para que possam sejam realizados: não é preciso ser negro para fazer um estudo sobre negros, tampouco LGBT para um estudo sobre esta população, por

exemplo. Mas há que necessariamente se registrar a posicionalidade<sup>2</sup> (Peirano, 1995). Este conceito, caro para a Antropologia, implica es pesquisadores assumirem suas múltiplas posições relativas ao que estiverem se propondo a pesquisar: como se veem, sua origem e história, suas perspectivas ética, política, social, sua formação, seus preconceitos, suas aproximações e estranhamentos com relação ao que observam.

Há estudos, assim, que podem ser válidos do ponto de vista científico, mas extremamente limitados quanto a considerar a assimetria do peso da experiência de quem vive aquele contexto. É preciso reconhecer as posições, tanto des pesquisadores quanto des pesquisades, para revelar o protagonismo de quem vive a diferença na pele, experiência essa que precisa ser reconhecida, qualificada e necessariamente tem de prevalecer sobre o conhecimento apenas acadêmico – mas não interdita-lo. É ridículo um homem querer falar em feminismo em pé de igualdade com uma mulher. Ou que um homem gay cisgênero queira ter seus estudos sobre transfobia no mesmo patamar da experiência de travestis que foram discriminadas desde os seus primeiros anos de vida. As pessoas que vivenciam suas existências como “diferentes” são protagonistas nos saberes que se referem às vidas por elas vividas.

Os temas, assim, estão aí para serem pesquisados por quem quer que se proponha a fazê-lo. Mas a posicionalidade implica reconhecer que o conhecimento científico é apenas um tipo de saber, e que tem instâncias próprias para a construção e para a sua manifestação. Se falamos de estudar diferenças, essas abraçam distinções de escala, de tipo de conhecimento, de posicionamento político e de experiência, por exemplo, que não podem ser colocadas no mesmo patamar. Inescapavelmente, o protagonismo deve ser de quem vive a diferença como parte da sua existência. Isso sugere uma reconfiguração do papel tradicional des pesquisadores, que devem se retrair quando diante de outros saberes protagonistas e que devem usar de seus privilégios para atuar

---

<sup>2</sup> Este termo me parece mais preciso e menos midiático do que lugar de fala, um tanto quanto esvaziado pelo excesso de uso e baixa reflexão a respeito.

como aliadas políticos de pessoas oprimidas em algum nível a partir do seu conhecimento científico.

O conhecimento científico possui, dessa forma, uma posição política, pois inevitavelmente parte de uma ideologia. Não dá, portanto, para ser cientista como se se estivesse em um supermercado (Burrell, 1998), e as prateleiras fossem repletas de ingredientes a serem usados nesta ou naquela receita em uma lógica de “hoje vou de estudo positivista, amanhã acho um bom dia para um estudo interpretativo”. As escolhas implicam posições políticas que nos responsabilizam; a ciência que fazemos não é neutra, objetiva e desinteressada. Se não assumimos que se trata de uma forma humana de conhecimento, terminamos por lidar com as pessoas como objetos, reduzindo-as a cobaias expostas a essa ou àquela configuração de condições para registrar suas reações. Se isso pode fazer algum sentido nas ciências naturais, as ciências sociais aplicadas precisam reconhecer, de uma vez por todas, que sua aplicação vem depois de serem ciências da sociedade, portanto nela situadas, para ela dirigidas, e por ela justificadas.

Pessoas não são redutíveis a rótulos, a quantificações de inferências que se prestam ao tratamento estatístico de dados. Suas existências são eivadas de complexidade, de múltiplas fontes de tensões, conflitos e negociações que dizem respeito aos sujeitos e às relações por eles vividas. Qualquer simplificação disso é um equívoco por reduzir os sujeitos a objetos, que submissamente aguardariam para ter uma “oportunidade” de serem observados pelos pesquisadores. Produzir conhecimento científico é uma relação dialógica na qual dois ou mais sujeitos interagem e produzem conjuntamente o saber. É evidente que essa produção conjunta se faz a partir de posições assimétricas entre pesquisadores e pesquisados; mas se trata de sujeitos que se assemelham na condição humana de coletividade, de sociabilidade e de encontro.

Uma das faces de pressupor que os sujeitos são objetos se refere aos “espaços em branco” em instrumentos quantitativos. À medida que os temas são estruturados e planejados, os pesquisadores “enquadram” os pesquisados em esquemas pré-concebidos que estes desconhecem, em padrões de resposta já definidos de antemão, sobre questões apresentadas com uma sintaxe precisa. As opiniões nos espaços em branco não fogem do esquema planejado, razão pela qual são normalmente empobrecidas porque provêm de uma lógica que provoca até o ponto julgado conveniente pela organização positivista do estudo. Surpreende-me, assim, o emprego de técnicas qualitativas para abordar algo que produzido de forma residual dentro de um esquema estruturado para a obtenção de um ordenamento. O espaço em branco é um desconvite à livre manifestação; é, antes, um estímulo para o complemento de um esquema que já é reificado de antemão. Sua natureza, assim, é pobremente dirigida apenas por aquilo que foi perguntado.

A forma pela qual se deseja fazer ciência, a forma de produzi-la, as relações sociais estabelecidas com os sujeitos, as posições dos pesquisadores e dos pesquisados, a seleção da teoria, a seleção das referências e forma de tratamento, tudo isso implica escolhas, que por sua vez revelarão, em algum nível, reforços da – ou rupturas com a – ordem vigente. Quer assumamos ou não, nossas posições sobre o quanto a ciência pode ser neutra revelam, na verdade, o quanto assumimos a humanidade do nosso fazer científico, e as limitações a ela associadas. Em outras palavras, se levo a cabo estudos positivistas, assumo todo um conjunto de posições que advêm desta forma de conhecer o mundo. Meu olhar recai sobre a objetividade e neutralidade como elementos garantidores da validade do meu estudo, uma extensão objetiva da forma pela qual conheço o mundo. Pluralizar epistemologicamente as minhas pesquisas como em um supermercado, assim, é pouco rigoroso porque implica tensões entre formas diferentes de conhecer o que me cerca, para falar o mínimo. Imagine alguém que faz uma pesquisa positivista e, seis meses depois, outra, pós-estruturalista. O que esse pesquisador tem a dizer sobre realidade, ordem, visão do ser humano, história



etc.? O conhecimento científico não existe para “ganhar likes” e não diz respeito a algo a ser destruído no momento do consumo (Aktouf, 2004), mas algo a ser incorporado como elemento para a emancipação humana.

A falta de sensibilidade quanto ao outro – especialmente se ele compõe o grupo de minorias – é, a rigor, descompromisso com as situações de opressão. Se a ciência só serve para “tomar ciência”, faz pouco pela sociedade – e precisa ter a sua existência duramente questionada. A escolha de temas polêmicos, assim, deve ser tomada como uma responsabilidade por parte de quem pode contribuir para essa ciência. Pessoas que integram minorias, por exemplo, já contam com toda uma estrutura social que os rejeita por serem quem são. Es pesquisadores, assim, precisam se responsabilizar politicamente pela escolha de seus temas, pelas pessoas que os ajudarão a construí-los, e por todos os aspectos relacionados às suas investigações porque as pessoas não são “objetos” e, não estão à disposição para serem examinadas e descartadas quando conveniente. A politização é necessária porque o conhecimento pode ter diversos senhores. Se não contribuir para emancipar, pode servir para submeter. Quando uma investigação sobre minorias, assim, é descontextualizada, pode servir para alimentar posições beligerantes contra esses grupos, o que alerta para a imprescindibilidade de fazer ciência para além de “causar”.

Apesar dos muitos problemas causados pela pandemia mundial do Covid-19, 2020 marca o início do processo de internacionalização de **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**. Com satisfação informamos que a partir desse ano todas as diretrizes para autores foram detalhadamente traduzidas e disponibilizadas no site da revista em espanhol e em inglês, permitindo que haja contribuições efetivas de autores não brasileiros em todas as modalidades existentes no periódico.

Além disso, convidamos colegas de diversos países que atuam no campo dos Estudos Organizacionais para que fizessem parte do nosso Conselho de Política Editorial, tendo

obtido felizmente muitas adesões ao nosso projeto editorial. Além do conselho original, formado por oito professores e pesquisadores brasileiros, passamos a contar com mais 16 colegas de universidades da Argentina, da Austrália, do Chile, da China, da Colômbia, do Equador, da Espanha, dos Estados Unidos, da França, do México, de Portugal e do Reino Unido, e esperamos que esse número cresça gradativamente. Na medida do possível, eles contribuirão para **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade** a partir de olhares baseados em outros lugares e referências. Sejam todos bem-vindes!

Neste primeiro número do sétimo ano de **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, contamos com a capa *Avenida Paulista: de poucos a todos*, de *Maurício Donavan Rodrigues Paniza*, que trata da democratização e ressignificação do principal cartão postal da maior cidade brasileira.

Neste número temos o prazer de contar com o **dossiê temático Trabalho, subjetividade e contemporaneidade**, que contou com o competente trabalho dos editores especiais Fernando de Oliveira Vieira, da Universidade Federal Fluminense, e Liliam Deisy Ghizoni, da Universidade Federal do Tocantins. Com um olhar na maior parte dos casos voltado para o “entre” (Pinto, Carreteiro & Rodrigues, 2015), este dossiê é formado por sete trabalhos, a seguir apresentados. Abrindo o dossiê, os editores especiais *Fernando de Oliveira Vieira* e *Liliam Deisy Ghizoni*, em seu texto *Trabalho, subjetividade e contemporaneidade: confluência com o campo dos estudos organizacionais*, partindo de uma perspectiva crítica ao mundo da gestão, de um modo geral, e ao universo das relações de trabalho, em particular, apresentam o dossiê. Para eles, a confluência deste conjunto de textos está na relação que existe entre o trabalho e o trabalhar na contemporaneidade, carregado de dor e de sofrimento que tem reverberado em muitas formas de adoecimento.

*Eduardo Pinto e Silva, Ana Paula Todaro e Ana Carolina Reis, em O sofrimento do universitário e suas relações com a dinâmica universitária*, nos trazem uma discussão sobre o sofrimento do estudante e suas relações com a dinâmica e trabalho universitários. De considerações teóricas sobre o suicídio e pacto de silêncio sobre a relação suicídio-trabalho, es autores relacionam aspectos psicossociais dos sofrimentos e adoecimentos docentes e discentes, concluindo que Concluimos que a intensificação do sofrimento estudantil redunde em vulnerabilidade às tentativas de suicídio e aumento de riscos.

Em *A saúde dos trabalhadores em turnos – impactos da reforma trabalhista e lei da terceirização*, *Anna Flávia Ferreira Borges, Kátia Barbosa Macêdo e Carla Maria Santos Carneiro* se debruçam sobre os prejuízos causados à saúde do trabalhador atribuídos ao trabalho em turnos, tendo as autoras analisado a legislação pertinente e de que maneira ela termina favorecendo um cenário de efeitos negativos generalizados na saúde do trabalhador.

Examinar criticamente as relações entre a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) e a precarização social do trabalho, particularmente no que tange aos seus efeitos subjetivos para a classe trabalhadora foi o propósito de *Sergio Dias Guimarães Junior e Elaine Barbosa da Silva* em *A “reforma” trabalhista brasileira em questão: reflexões contemporâneas em contexto de precarização social do trabalho*. Nesta contribuição, es autores, a partir de duas pesquisas, observam que este projeto é um efeito da própria precarização, e que traz ameaças aos mecanismos de proteção social, saúde e organização coletiva historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Já *Grazielle Alves Amaral*, em *Sofrimento no “trabalho” de professoras readaptadas: da docência ao trabalho morto da readaptação*, lidou com o trabalho vivo de professoras readaptadas da rede pública de ensino do Distrito Federal a partir da abordagem teórico-metodológica da clínica psicodinâmica do trabalho. As entrevistadas

apontaram que, embora a relação com os alunos sejam para elas importante, que a violência no contexto escolar, o excesso de exigências, a falta de condições de trabalho e de reconhecimento são aspectos que geram frustração em relação à educação, levando-as ao adoecimento, à readaptação e a inúmeras perdas, o que inclui as relações profissionais e com os estudantes, um alerta para as saídas organizacionais para lidar com questões ligadas ao adoecimento profissional.

Em *O trabalho em socioeducação: escuta clínica junto aos trabalhadores socioeducativos e adolescentes em regime de semiliberdade*, Soraya Rodrigues Martins, Débora Barbosa da Silva e Nataly Soares de Araujo Neves se propõem, a partir da escuta clínica de trabalhadores socioeducativos e de adolescentes, a abordar questões relacionadas ao trabalho socioeducativo junto a uma unidade para adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em semiliberdade. Os principais resultados encontrados na investigação destacam sofrimento, perda de sentido do trabalho, estigmatização, adoecimentos, falta de relações sócio profissionais pautadas na confiança, no reconhecimento pelo trabalho do outro e cooperação, contra a qual são mobilizadas diversas estratégias coletivas de defesa que criam dificuldades para avanços efetivos na socioeducação.

O último texto do dossiê, *Assédio moral na docência de enfermagem: uma revisão de literatura*, de Rosiele Pinho Gonzaga da Silva, Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schindwein, Luis Alberto Lourenço de Matos e Juliana Barbosa Framil, apresenta fatores no trabalho docente de enfermeiros que contribuam para a ocorrência do assédio moral a partir de uma investigação em bases de dados com publicações realizadas entre 2000-2018. Os principais resultados sugerem a presença do assédio moral no processo de trabalho do docente enfermeiro de forma vertical, ascendente e descendente, e horizontal, em situações como humilhações, boicotes pelos alunos e pelos pares, discriminação, desrespeito, hostilidade da equipe de enfermagem nos campos de estágio, competitividade desonesta, minudência ou ausência de colaboração e integração entre

docentes, em um contexto que propicia a emergência do fenômeno, e por isso mesmo precisa ser problematizado.

A seção **Artigos** conta com dois textos. No primeiro deles, *Sentidos da corrupção entre #foradilma e #nãovaitergolpe: formações discursivas e interdiscursividade em um recorte no twitter*, de Valderí de Castro Alcântara, André Luiz de Paiva, José Willer do Prado e Marco Antonio Villarta-Neder, os autores encaram o desafio de compreender quais formações discursivas foram histórica e ideologicamente constituídas acerca do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e como os sentidos da corrupção foram mobilizados interdiscursivamente nessas formações. Com base na análise do discurso francesa, foram identificadas duas formações discursivas em disputa: #ForaDilma e #NãoVaiTerGolpe, sendo a corrupção foi um elemento interdiscursivo associado a sentidos diferentes a depender da afiliação ideológica e histórica. As principais conclusões sugerem a importância de considerar, nas pesquisas sobre corrupção, as formações discursivas, a memória discursiva, os elementos ideológicos e como se constroem os sentidos em torno do tema, reconhecendo suas consequências culturais, sociais, políticas e econômicas.

Ana Luisa Campos Moro e Claudia Weyne Cruz, em *Cisões e ressignificações no trabalho: um estudo com municipais de Porto Alegre*, o segundo artigo da seção, pretendem compreender a situação laboral dos trabalhadores do município de Porto Alegre, dando luz às particularidades, precarizações e potencialidades em seu trabalho, tendo como eixo teórico da Psicodinâmica do Trabalho. A pesquisa, de delineamento qualitativo, possibilitou a construção de três categorias temáticas: Organização do Trabalho e suas (Im)possibilidades; Cisões e Estranhamentos no Trabalho e Estratégias de Enfrentamento e Sobrevivência, tendo os resultados evidenciado uma Organização do Trabalho rígida e baseada em um viés neoliberal de atuação, o que gera sofrimento para os trabalhadores, e elaboração de estratégias defensivas das quais eles lançam mão para manter suas atividades.

Na seção **Ensaaios** contamos com duas contribuições. Na primeira delas, *Daniele Eckert Mazembacher* e *Fabio Bittencourt Meira* se propõem a discutir criticamente a economia verde. Em *A roupa nova do rei: economia verde entre inovação e conservação – uma leitura crítica a partir de Karl Polanyi*, os autores debatem que a Sustentabilidade social e ambiental depende de uma reorientação econômica em direção à subsistência orquestrada pelos princípios da reciprocidade, redistribuição e troca de mercado, um contexto em que o padrão mercantil é não apenas mantido intacto, como incentivado pela economia verde, o que demanda o apontamento de limites e de alertas para os problemas associados a essa ideia.

O segundo ensaio, *Posmodernismo, organización y discurso: la mirada otra en la gestión*, de autoria de *Andrés Abad*, novo membro do Conselho de Política Editorial, faz parte das iniciativas de internacionalização de **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**. Neste texto, concentrando-se sobre as divergências entre modernismo e pós-modernismo, o autor se debruça sobre três abordagens – linguísticas, discursivas e narrativas – que fazem parte de uma visão alternativa ao conhecimento hegemônico no campo de Estudos Organizacionais.

Encerrando o número, na seção **Resenhas**, *Jorcelyo Alencar Lima* nos brinda com o texto *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*, no qual examina a obra homônima, de Nicolau Sevchenko (1952-2014). Observando a historicidade que fundamenta a tríade Estado, Mercado e Sociedade, e o enfraquecimento do poder desmesurado do Estado em detrimento das técnicas modernas, este texto trata da passagem para século XXI comparando os movimentos com a montanha-russa, um contexto de instabilidade que parece ter sido intensificado no decorrer do século.

Boa leitura!

## REFERÊNCIAS

Aktouf, Omar (2004). *A síndrome do avestruz: pós-globalização, administração e racionalidade econômica*. São Paulo: Atlas.

Burrell, Gibson (1998). Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In Stewart Clegg, Cynthia Hardy, e Walter W. Nord (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais* (pp. 439-462). São Paulo: Atlas.

Carneiro, A. Sueli (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Brasil.

Peirano, Mariza (1995). *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Pinto, B. O. S., Carreteiro, T. C. O. C., & Rodriguez, L. S. (2015). Trabalhando no "entre": a história de vida laboral como método de pesquisa em Psicossociologia. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 2(5), 976-1022.

Saraiva, Luiz Alex S. (2016). A escuridão da adesão somente a si. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(6), 1-9.

## **CONTRIBUIÇÃO**

**Luiz Alex Silva Saraiva**

Texto individual, elaborado pelo autor.

## **AGRADECIMENTOS**

O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## **DECLARAÇÃO DE INEDITISMO**

O autor declara que a contribuição é inédita.

## **CONFLITO DE INTERESSES**

O autor declara não haver conflito de interesses.

## **COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO**

Saraiva, Luiz Alex S. (2020). Ciência e responsabilidade. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 7(18), 1-16.